

PARLAMENTO EUROPEU



**EDIÇÃO ESPECIAL**

*DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO  
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES*

**CONFERÊNCIA  
INTERGOVERNAMENTAL  
4 de Outubro de 2003  
Roma**

**DISCURSO DO PRESIDENTE PAT COX  
DECLARAÇÃO DE ROMA**



05/S-2003

*Direcção-Geral da Presidência*

**PT**

**PT**

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2003)  
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2003)

*\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Rome*

# **DISCURSO**

**de Pat COX,**

**à Cimeira extraordinária de Chefes de Estado e de  
Governo da UE**

**por ocasião da abertura da  
Conferência Intergovernamental**

**Roma, 4 de Outubro de 2003**

**Texto integral do discurso**



Senhor Presidente,

Gostaria de agradecer a Vossa Excelência e aos seus colegas por me terem convidado a participar pela primeira vez na Conferência Intergovernamental e pelas disposições que adoptaram para permitir que o Parlamento participe plenamente nos trabalhos em curso.

As minhas felicitações dirigem-se primeiramente a Vossa Excelência e aos seus colegas da Presidência italiana, por terem convocado rapidamente a Conferência Intergovernamental. Apresentaram um calendário ambicioso, esperando completar os trabalhos até ao fim do ano. No Parlamento Europeu apoiamos inteiramente este objectivo.

Na semana passada, em Estrasburgo, votámos por uma maioria de 3/1 a favor da convocação desta conferência e do apoio aos trabalhos da Convenção.

Permitam-me que cite o que a nossa resolução diz:

*"(...) apesar de alguns limites e contradições, o resultado do trabalho da Convenção deve ser apoiado, uma vez que representa um passo histórico para uma União Europeia mais democrática, mais transparente e mais eficaz;"*

Como é evidente, os nossos deputados não consideraram perfeitos todos os pormenores do projecto. Bem pelo contrário. Poderíamos muito facilmente ter elaborado toda uma lista de pedidos. Contudo, adoptámos uma posição mais madura e pragmática, e não caímos na tentação. Sentimos que a Convenção tinha examinado seriamente todas as opções, as centenas de contributos dos seus membros, as muitas ideias provenientes da sociedade civil. A Convenção apresentou um compromisso razoável que aprovou por um amplo consenso.

Para o Parlamento há duas questões essenciais:

O projecto de tratado constitucional com base no qual esta conferência trabalhará constitui uma melhoria relativamente às disposições dos actuais tratados? A resposta é um inequívoco "sim".

O projecto reforma as instituições, torna-as mais eficientes e, portanto, mais bem equipadas para enfrentarem os desafios da Europa alargada. Dá-nos novos instrumentos para lidar com as novas oportunidades e as novas ameaças do mundo moderno. Confere à União uma identidade, com objectivos claros e com um processo de decisão transparente. Além disso, fornece uma melhor resposta à pergunta: "Quem faz o quê na Europa?"

A segunda questão é a seguinte: será esta uma constituição para o futuro, ou mais um texto provisório até à próxima Conferência Intergovernamental? Ninguém pode afirmar que qualquer tratado adoptado agora será a última palavra, mas todos os nossos tratados anteriores tinham incorporada a sua própria obsolescência, pelo que a União se enredou numa permanente reparação das suas disposições constitucionais. Seria um feito maravilhoso ultrapassar esta interminável introspecção institucional. E porquê? Porque, então, poderíamos libertar as nossas energias e consagrá-las ao cumprimento do nosso objectivo público essencial: melhorar a vida quotidiana dos nossos cidadãos. O projecto de Convenção dá-nos uma oportunidade para quebrar este ciclo e dar um rumo à União para um futuro previsível.

Este é um momento determinante para nós, para os responsáveis políticos e os cidadãos, para a Europa e o resto do mundo.

Assim, após profunda deliberação, lançamo-vos este apelo: respeitem o espírito da Convenção, e permaneçam fiéis aos seus resultados essenciais.

\*  
\* \*

Naturalmente, a CIG não deverá pôr de parte qualquer possibilidade de melhoramento e esclarecimento do texto. Desaconselho é que se entre num processo que desfaça o delicado consenso alcançado pelo Presidente Giscard d'Estaing e os seus colegas.

Tal como os deputados europeus participantes na Convenção tiveram de fazer compromissos que poderão ter desapontado as ambições e frustrado as expectativas de alguns dos nossos especialistas em questões institucionais mais ambiciosos, assim espero que os Estados-Membros continuem este trabalho no mesmo espírito de compromisso que os vossos representantes - governamentais e parlamentares - demonstraram na Convenção, em vosso nome.

Há em torno desta mesa muitos Estados que pertencerão em breve ou mais tarde à União. Se cada um deles propuser a alteração de um ou dois aspectos, uma agregação de todas as diferenças rasgará a carne do trabalho da Convenção e deixar-nos-á com um esqueleto.

Muito dependerá do espírito do vosso trabalho. Espero que, através do vosso trabalho e dos vossos comentários públicos sobre as questões em jogo, os nossos cidadãos possam reconhecer que todos estão a abordar este assunto de forma construtiva e com um desejo de sucesso. E nenhum parceiro neste diálogo deverá sentir que algo lhe está a ser imposto, ou que alguns grupos de Estados-Membros estão a alinhar-se contra ele. Se a língua for um dos interesses nacionais vitais ameaçados, há dois riscos. Um é o de, no final do dia - ou, mais provavelmente, a meio da noite - regressarmos à política de regatear à porta fechada, isto é, exactamente o cenário que se pretendia evitar com a adopção do método da Convenção. Por outro lado, se se aumentar agora a parada sobre estas questões e, não obstante, os acordos necessários forem alcançados, tal suscitará expectativas irrealistas, alimentará os receios da opinião pública e o processo de ratificação, após assinatura do tratado, será mais difícil.

Visemos, então, mais alto e ousemos abordar a nossa tarefa de uma forma nova: *donc*, *Convention-plus*, *oui*; *Nice-bis*, *non*; e nunca nos esqueçamos da próxima fase - preparar a opinião pública para a ratificação do novo tratado nos nossos 25 Estados-Membros.

Os preparativos para esta Conferência Intergovernamental foram diferentes em qualidade e intensidade de quaisquer outros. A Convenção reuniu altos representantes políticos dos nossos governos, dos nossos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. Trabalharam de forma exaustiva neste projecto durante 17 meses. Fizeram-no em público. Os parlamentos nacionais foram mais envolvidos na construção europeia do que em qualquer outra fase da nossa História.

Se regressarmos agora ao ponto inicial, alguns considerarão que o trabalho da Convenção não passou de um logro: os deputados nacionais, que desempenharam um papel tão importante nas deliberações, a opinião pública informada, que pôde seguir, etapa por etapa, cada fase do trabalho da Convenção, com um acesso sem precedentes ao debate da mais alta qualidade sobre o futuro da Europa. Como reagiria a opinião pública se agora, à porta fechada, desfizéssemos o trabalho da Convenção e acabássemos com um miserável menor denominador comum?

E, precisamente numa altura em que a vocação da Europa para as questões mundiais nunca foi mais forte, em que as expectativas dos nossos parceiros nunca foram maiores, como interpretariam estes um revés? Esta é uma oportunidade para mostrarmos a nós próprios, e ao resto do mundo, a nossa seriedade e a nossa prontidão para assumirmos um papel de liderança nas questões mundiais.

\*  
\* \*

Mas, como disse anteriormente, há sem dúvida margem para melhorias e clarificações que não perturbem o equilíbrio básico do texto da convenção. A nossa esperança é que algumas clarificações reforcem e complementem os progressos realizados. Permitam-me que dê apenas três exemplos:

Acolhemos com satisfação as mudanças propostas para a Presidência do Conselho Europeu, a sua continuidade e o seu papel na organização dos trabalhos do Conselho numa Europa de 25 e ou mais Estados-Membros.

Mas devemos evitar confusões quanto aos papéis respectivos da Presidência do Conselho Europeu e da Presidência da Comissão. As reformas do Conselho não devem minar a autoridade ou a colegialidade da Comissão. Para o Conselho Europeu, precisamos de um Presidente e não de um Chefe de um novo Estado.

Será útil esclarecer questões ligadas às estruturas internas do Conselho e às suas novas formações. Há também que abordar a questão da organização dos órgãos preparatórios do Conselho. Nem tudo isto tem de ficar estabelecido no tratado, mas precisaremos de ter respostas rápidas para as perguntas que necessariamente surgirão.

\*  
\* \*

Falei atrás do espírito e dos métodos de trabalho da Convenção. Permitam-me que teça agora alguns comentários aos métodos de trabalho da CIG.

Como disse anteriormente, a preparação desta CIG foi melhor do que qualquer outra. A Presidência pretende, com muita pertinência, que todas as questões políticas sejam tratadas politicamente e a nível político por ministros e chefes de governo que prestam contas perante os seus parlamentos e a opinião pública.

O debate público sobre o futuro da Europa não deverá ser interrompido. Os nossos cidadãos puderam acompanhar os progressos realizados até agora e devem continuar a ter acesso a este debate vital, pelo que saúdo a iniciativa da Presidência italiana de colocar imediatamente todos os documentos da Conferência na Internet.

O pleno empenho dos parlamentos nacionais é indispensável para o êxito do processo. Escrevi recentemente aos meus colegas presidentes dos parlamentos nacionais, sugerindo que as nossas comissões competentes organizem reuniões conjuntas para acompanhar o andamento da CIG e avaliar os seus trabalhos. Já estão previstas quatro ou cinco reuniões até meados de Dezembro. A participação do Presidente em exercício nestas reuniões constituirá um contributo precioso.

Se convidaram representantes de Parlamento Europeus para participar nesta Conferência, e nas reuniões a nível ministerial, é porque reconheceram que o nosso objectivo não é participar como uma espécie de 26º Estado-Membro, mas como parceiro político, empenhado no sucesso da União e na elaboração de um tratado constitucional. É o vosso reconhecimento de que a reforma da União exige uma dupla legitimação: a dos Estados-Membros e a dos povos dos Estados-Membros. No final, a participação parlamentar será indispensável para o processo de ratificação. Este é o espírito que Iñigo Méndez de Vigo, Klaus Hänsch e eu próprio traremos para as reuniões.

\*

\* \*

Pela minha parte, podem estar certos de que, quando se chegar a um acordo e quando tivermos um novo tratado e uma constituição para a Europa, farei campanha por esse tratado. O Parlamento será um aliado precioso no processo de ratificação, especialmente porque este será o tema principal das próximas eleições europeias. Mas, para que tal aconteça, precisamos de um bom tratado constitucional, baseado no trabalho da Convenção, e precisamos de proceder de forma aberta e positiva. E temos de respeitar o calendário.

A tarefa que estamos a empreender tem uma dimensão continental. Com este vasto panorama, não teremos êxito na caminhada para o nosso futuro europeu comum se estivermos constantemente a olhar para trás. Só atingiremos os nossos objectivos se mantivermos o espírito de compromisso e demonstrarmos vontade de ser bem sucedidos.



**DECLARAÇÃO DE ROMA**

Reunidos em Roma por ocasião da abertura da Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão dos Tratados, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia, dos países aderentes e candidatos à União Europeia, o Presidente do Parlamento Europeu e o Presidente da Comissão Europeia:

- reafirmam que o processo de integração europeia constitui a principal vocação do nosso continente como instrumento para um papel internacional mais eficaz da União, no apoio à paz, à prosperidade e à solidariedade em todos os Estados-Membros;
- salientam que o próximo alargamento constitui um momento histórico que enriquece a União em termos de identidades e culturas e alarga a possibilidade de promover valores comuns e conferir peso e autoridade ao papel da Europa no mundo;
- confirmam a importância do compromisso de dotar a União Europeia de um texto constitucional, assente na igualdade dos seus Estados, povos e cidadãos, que garanta a eficácia, coerência e eficiência do papel da Europa no mundo, e assumem o projecto de Tratado da Convenção como uma boa base para o início dos trabalhos da Conferência Intergovernamental;
- reafirmam a expectativa de que as negociações constitucionais estejam concluídas em tempo útil para as eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão em Junho de 2004, por forma a que os cidadãos europeus possam votar com pleno conhecimento da futura arquitectura da União;
- salientam que a adopção de um Tratado Constitucional representa uma etapa crucial no processo destinado a tornar a Europa mais coesa, mais transparente e democrática, mais eficiente e próxima dos cidadãos, inspirada na vontade de promover valores universais, antes do mais através da colaboração com as organizações internacionais multilaterais, e confirmando uma relação transatlântica forte e equilibrada;
- prestam homenagem, à luz desta iminente e significativa transição, a todos aqueles que, com grande clarividência, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje, investiram a sua energia no processo de integração europeia: desde os fundadores das Comunidades originais aos dirigentes políticos dos Estados-Membros que prosseguiram e levaram por diante a obra daqueles, aos cidadãos e, sobretudo, aos jovens da Europa, chamados a definir a imagem e a identidade da Europa de amanhã.